
UM ESTUDO ANALÍTICO DOS TRÊS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS MELHOR AVALIADOS PELA CAPES NO TRIÊNIO 2007-2009

JÚLIA TAINÁ MARINHO DE SALLES MENEZES¹

RESUMO: Este artigo analisa como os cursos de pós-graduação em Relações Internacionais estão estruturados e quais suas contribuições para o ensino e pesquisa sobre a área no Brasil. A primeira parte traça os principais marcos históricos e as dificuldades encontradas à consolidação do curso no país. A segunda parte mostra a situação dos programas melhor avaliados pelo Sistema de Avaliação da CAPES.

Palavras-Chave: Pós-graduação; Relações Internacionais; Ensino; Pesquisa; Avaliação

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade Estácio do Recife. Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.



INTRODUÇÃO

Os assuntos internacionais se popularizaram e hoje, de forma mais intensificada, são manchetes dos principais veículos de comunicação graças à percepção de que o sistema internacional ao qual pertencemos é uma rede complexa cujos Estados são interdependentes em termos econômicos, sociais e políticos, não sendo possível o pleno isolamento. Ao longo do tempo, as sociedades foram capazes de perceber a interferência de outras realidades que estão além de seu território e que a interação entre Estados e outros atores internacionais na conjuntura atual é inevitável.

Diante da necessidade dos atores internacionais em compreenderem a realidade mundial e se fazerem atuantes nesse contexto, verifica-se como indispensável a formação de profissionais especializados em Relações Internacionais (RI). No Brasil, uma das deficiências observadas é a falta de profissionais suficientemente qualificados que atuem na academia de forma a atenderem a demanda crescente dos cursos de graduação (ALMEIDA, 2006; LESSA, 2005c). Tendo em vista que a quantidade de programas de pós-graduação (PG) aumentou e, dessa forma, ampliaram-se as áreas de atuação e temas de linhas de pesquisa, questiona-se quais as contribuições que esses programas agregam à área de estudos de Relações Internacionais no Brasil.

Pretendemos buscar elementos que respondam à seguinte questão de pesquisa: como estão estruturados os cursos brasileiros melhor avaliados² em nível de pós-graduação *stricto sensu* em Relações Internacionais?

O presente trabalho objetiva ser um estudo descritivo sobre tais cursos e suas contribuições na consolidação do processo de institucionalização da área de RI no Brasil, essa abordagem será feita por meio de duas perspectivas: 1) elencando os principais marcos históricos que indicam o desenvolvimento na área, bem como as dificuldades encontradas para a sua consolidação; e 2) através da análise das áreas de concentração e

² Os programas de PG que cumprem os critérios metodológicos e constituem-se como objetos de análise deste estudo são os da Universidade de Brasília (UnB), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade de São Paulo (USP), como pode ser observado na Tabela 1.



linhas de pesquisa dos programas de PG *stricto sensu* em RI ministrados em universidades brasileiras.

No intuito de atingir o objetivo geral, são traçados os objetivos específicos listados abaixo:

- a) Identificar fatos significativos na história das RI no país;
- b) Levantar informações sobre a formação acadêmica do corpo docente das universidades estudadas;
- c) Analisar os elementos que caracterizam os cursos de PG em RI;
- d) Examinar e comparar os programas existentes em nível de PG em RI;

Para atingir tais objetivos, este trabalho será amparado pelos seguintes critérios metodológicos:

- I. Os programas analisados são aqueles que genuinamente pertencem à área Política Internacional ou suas subáreas, de acordo com a classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)³.
- II. Os programas analisados possuem cursos de mestrado e de doutorado em funcionamento, excluindo aqueles cujos primeiros processos seletivos foram realizados a partir de 2010.
- III. Os programas analisados foram avaliados pela CAPES no triênio 2007-2009⁴ com nota igual ou superior a "4" em ambos os cursos, mestrado e doutorado. Desprezaremos os programas com notas "3", por entendermos que a atribuição desta nota representa que o curso reúne apenas os critérios mínimos para a sua autorização de funcionamento.

³ Na relação de cursos recomendados e reconhecidos pela CAPES, Política Internacional e Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais estão inclusas como subáreas de Ciência Política, esta que, por sua vez, pertence à Grande Área das Ciências Humanas, essa classificação é feita de acordo com a Tabela das Áreas de Conhecimento.

⁴ O Sistema de Avaliação da Pós-graduação abrange **dois processos**: Avaliação dos Programas de Pós-graduação e Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-graduação. Este trabalho se atém apenas ao primeiro processo, que compreende a realização do **acompanhamento anual** e **da avaliação trienal** do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação. Os resultados desse processo são expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7", que fundamentam a deliberação Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento a vigorar no triênio subsequente.



Tabela 1 - Cursos de Mestrado e Doutorado *stricto sensu* em Relações Internacionais por Ordem de Nota de Avaliação

<u>Sigla da instituição</u>	<u>Programa</u>	<u>Ano de início</u>		<u>Nota da avaliação</u>	
		<u>Mestrado</u>	<u>Doutorado</u>	<u>Mestrado</u>	<u>Doutorado</u>
<u>UnB</u>	<u>RI</u>	<u>1984</u>	<u>2002</u>	<u>6</u>	<u>6</u>
<u>PUC-Rio</u>	<u>RI</u>	<u>1987</u>	<u>2001</u>	<u>5</u>	<u>5</u>
<u>USP</u>	<u>RI</u>	<u>2009</u>	<u>2009</u>	<u>4</u>	<u>4</u>

Fonte: CAPES, 2010.

Os itens aqui considerados para a análise dos cursos de PG em RI são os seguintes:

- i. As áreas de concentração e linhas de pesquisa;
- ii. O tempo de existência dos cursos;
- iii. O tempo médio de conclusão dos alunos;
- iv. O número de vagas disponíveis para a seleção de alunos;
- v. O quantitativo de professores e formação acadêmica dos mesmos;
- vi. O quantitativo da produção acadêmica de alunos e professores;
- vii. Se os cursos possuem periódicos próprios do programa ou departamento;

1. Metodologia da pesquisa

Quanto aos objetivos, esta pesquisa possui caráter exploratório, pois se propõe a reunir informações relevantes acerca do tema, a fim de aprofundar o conhecimento sobre a institucionalização do curso de RI no Brasil, a partir da análise e compreensão de fontes já elaboradas. O método de abordagem indutivo, mais adequado às pesquisas exploratórias, será utilizado para nortear o trabalho, pois a partir dos dados ou observações serão formuladas as proposições gerais (RICHARDSON, 2011).

Os materiais utilizados na pesquisa foram livros, artigos científicos extraídos de revistas e periódicos, bem como informações cedidas pelas próprias Instituições de Ensino Superior (IES), *sites* institucionais e de notícias. Com base na Avaliação Trienal de 2010



realizada pela CAPES ao longo do período de 2007 a 2009 e nas observações presentes nas Fichas de Avaliação e nas Propostas dos Programas, avaliaremos o processo de estruturação dos programas de PG em RI nas IES aqui estudadas.

Em relação ao levantamento de dados, a pesquisa bibliográfica é extremamente importante neste trabalho científico, pois servirá de base para os argumentos utilizados e exercerá influência sobre as demais etapas do trabalho, essas referências bibliográficas serão citadas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2. A história da área de Relações Internacionais no Brasil

O aumento do número de professores e pesquisadores com mestrado e doutorado em RI no país pode ser creditado “ao crescimento do interesse pelas dinâmicas internacionais e pelas múltiplas interfaces da inserção internacional do Brasil” (LESSA, 2005b). Esse fenômeno torna-se evidente no discurso da atual presidenta do Brasil, Dilma Roussef, que no dia 21 de setembro de 2011 abriu o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova York.

Seu discurso focou a atuação do Brasil no contexto internacional como forma de pleitear a vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Para isso, destacou o importante papel desempenhado pelo país nos âmbitos de: a) Paz e Segurança, com o envio de tropas para operações de paz da ONU no Haiti e Guiné-Bissau; b) Direitos Humanos, através de sua participação no Conselho de Direitos Humanos da ONU; e c) Preservação ambiental, ao investir em fontes de energias renováveis e apresentar propostas significativas para a redução da emissão de gases nocivos à atmosfera em fóruns de debate como a Convenção das Nações Unidas sobre *Mudança do Clima*. Entre outros temas, a presidenta ainda ressaltou que o Brasil está apto a cooperar com países em desenvolvimento nas áreas de segurança alimentar e no combate à pobreza e está à disposição dos países desenvolvidos para prestar ajuda aos que enfrentam a crise financeira na Europa.

O surgimento de Relações Internacionais como disciplina tem como marco histórico o



ano de 1919, quando o Departamento de Política Internacional da Universidade de Aberystwyth foi fundado e criou-se a cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional (SANTOS; FONSECA, 2009). Sua concepção e os estudos desenvolvidos posteriormente, na Europa e nos Estados Unidos, estiveram intimamente relacionados à análise das grandes guerras mundiais no intuito de “regular ou prevenir as discórdias entre as nações e, desse modo, evitar novos conflitos daquelas proporções” (LESSA, 2005c).

O grau de institucionalização da disciplina na Europa Ocidental e nos Estados Unidos é bastante alto. A existência de um número grande de periódicos especializados, associações e cursos é a expressão mais evidente do fenômeno. Por outro lado, a identidade da disciplina, construída a partir da versão hegemônica sobre a sua história, a utilização universal de determinados conceitos e a operacionalização de modelos e teorias, completa o processo de institucionalização (HERZ, 2002: 10).

O Brasil trilha passos lentos para o desenvolvimento dessa institucionalização, mas é preciso lembrar que esta ciência ainda é muito recente no país. Antes da década de 1970, “praticamente não havia pessoas ligadas à Universidade com possibilidade de fazer boas análises [...] sobre as Relações Internacionais *lato sensu*” (MIYAMOTO, 1999). Além da censura que cerceava o direito de acadêmicos se expressarem e publicarem sobre os assuntos internacionais com plena liberdade de opinião e crítica a partir de 1964, o quadro de cientistas políticos brasileiros era reduzido e seus interesses estavam mais voltados para o debate do processo político interno. Sendo assim, a produção teórica e a prática na área estavam quase que inteiramente destinadas aos trabalhos dos diplomatas e militares.

O crescimento acelerado da economia entre o período de 1969 a 1973, denominado “Milagre Econômico”, suscitou o interesse de governos, investidores e acadêmicos estrangeiros entenderem melhor o Brasil. Com as restrições impostas pelo governo brasileiro aos pesquisadores nacionais, abriu-se caminho para a atuação dos “brazilianistas”, pesquisadores estrangeiros cujos estudos estavam voltados para diversos temas da realidade brasileira, financiados por seus próprios países e que contavam com a ajuda de autoridades nacionais caso precisassem entrevistá-las. Os assuntos de maior proximidade às



RI foram produzidos por norte-americanos e estavam ligados à atuação das forças armadas e às relações externas do Brasil na época (MIYAMOTO, 1999).

A produção da década de 1970 foi marcada pelos trabalhos com fontes históricas que retratavam a realidade da política externa brasileira, todavia, “os projetos de pesquisa desenvolvidos foram esparsos, com baixíssimo grau de interação e integração” (HERZ, 2002) e não existiam elementos que caracterizassem uma tradição genuinamente brasileira. Os indícios da construção dessa tradição só foram identificados vinte anos mais tarde, quando se detectou a influência da escola francesa de história das RI com contribuições dos métodos de interpretação inspirados na tradição norte-americana e inglesa, além da abertura do diálogo com categorias de análise de outras áreas das ciências sociais, especialmente as da Ciência Política (LESSA, 2005a).

O primeiro curso de Bacharelado em RI foi fundado apenas em 1974, na UnB. Diferente do propósito inicial do curso da Universidade de Gales, a UnB criou esse programa com a intenção de “formar profissionais que pudessem vir a ser chamados a atuar de algum modo nas atividades de Estado relacionadas com a expansão da internacionalização do Brasil” (LESSA, 2005c). Outro fator de diferenciação é que o campo das RI no Brasil não surgiu da Ciência Política (HERZ, 2002), apesar de ter recebido amplas contribuições desse campo, contribuições mais significativas vieram das áreas de História, Diplomacia, Direito Internacional e Economia Política, que constituem as bases teóricas dos cursos de graduação e de PG no país.

Os estudos dos anos 1980 se voltaram para a compreensão do sistema político internacional a partir de discussões de filosofia política, com influência de autores e conceitos da Escola Inglesa nos debates acadêmicos e diplomáticos. No início da década seguinte, essa ótica revelou-se coerente aos processos de abertura econômica e ajuste da política externa brasileira às regras do sistema internacional, dando espaço a estudos sobre a inserção internacional do Brasil e seus principais parceiros em acordos bilaterais (HERZ, 2002).

Os avanços na área e o interesse em criar novos cursos de RI começaram a serem sentidos quando houve um rápido aumento da quantidade de cursos e programas de



graduação desde o início da década de 1990 (ALMEIDA, 2006) e com a “política de indução ao desenvolvimento da PG especificamente em RI”, observada a partir dos anos 2000 (SANTOS; FONSECA, 2009), para atender à demanda dos cursos de graduação e formar quadro de professores aptos a atuarem no ensino e pesquisa.

A pesquisa científica é reconhecidamente identificada com a pós-graduação (ALMEIDA, 2006) e, nesse sentido, as agências de fomento, os órgãos governamentais e as parcerias estabelecidas com instituições estrangeiras possuem papel fundamental na concessão de bolsas de iniciação científica e na criação de programas especiais de estudos no Brasil para a área de RI. Destacam-se as instituições que atuam em âmbito nacional como a própria CAPES, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambos vinculados ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); as instituições de âmbito estadual, como as Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Estado de São Paulo (FAPESP); e as instituições de atuação internacional, como a Fundação Ford e o British Council.

O Programa San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais teve seu edital publicado pela CAPES em 2000, os recursos foram fornecidos aos projetos aprovados durante o período de 2002 a 2007 (SANTOS; FONSECA, 2009). O objetivo era prestar financiamento e suporte técnico e operacional aos projetos de instituições públicas de ensino, de forma a contribuir para a criação de novos programas de PG, bem como fortalecer e ampliar os já existentes⁵. Dentre os quatro projetos selecionados, a CAPES aprovou o da UnB, de apoio à pesquisa, expansão e consolidação de seu programa de PG e validou a criação dos programas de PG da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o programa Tricampi da Universidade

⁵ Sobre o Programa San Tiago Dantas, ver:

<<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Relacoes-Internacionais.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2011.

⁵ Sobre o Programa Renato Archer, ver:

<http://memoria.cnpq.br/servicos/editais/ct/2006/edital_0292006.htm>. Acesso em: 23 set. 2011.



Estadual de Paulista (UNESP) em associação à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O Programa Renato Archer de Apoio à Pesquisa em RI⁶ surgiu em 2006, lançado pelo MCT em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), com o intuito de constituir “redes cooperativas de pesquisa” que visem desenvolver ações concernentes aos temas prioritários da política externa brasileira, cujos participantes sejam pesquisadores, professores ou especialistas vinculados a algum dos cursos de PG *stricto sensu* em RI (SANTOS; FONSECA, 2009). Os cinco projetos selecionados pelo CNPq são relacionados às seguintes chaves temáticas: propostas de paz e segurança internacional; estudos sobre pólos de poder; América do Sul; desenvolvimento, ciência e inovação tecnológica; e normatividade e governança internacional. Dito isto, espera-se que as pesquisas acadêmicas forneçam contribuições consideráveis para a diplomacia brasileira, de modo a estimular uma “perspectiva brasileira” em relação aos problemas e desafios do sistema internacional.

Ambos os programas acima citados representam um dos indícios de que as RI se consolidam como campo de conhecimento específico, existindo, inclusive, uma proposta de reformulação da Tabela das Áreas de Conhecimento⁷, elaborada desde 2005 pela Comissão Especial de Estudos – formada pelo CNPq, CAPES e a FINEP – a qual revela a inscrição de RI de forma independente da Ciência Política (SANTOS; FONSECA, 2009).

Paulo Roberto de Almeida (2006) atentava para duas situações criadas no campo das RI devido ao seu caráter interdisciplinar: a primeira se observa na prática, a “anarquia” ou “dispersão” metodológica ao tratar dos assuntos “internacionais”, especialmente se consideradas teses e dissertações da pós-graduação em áreas de direito e economia, escritas por alunos que por vezes não percebem que estão tratando de assuntos de RI (ALMEIDA, 2006); a segunda seria uma situação hipotética descrita por Celso Lafer (1980, *apud* ALMEIDA, 2006), a proposta de criar uma instituição que propiciasse “uma espécie de câmara de compensação informativa dos múltiplos enfoques possíveis das Relações

⁶ Sobre a nova Tabela de Áreas do Conhecimento, ver: <<http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm#doc>>. Acesso em: 23 set. 2011.



Internacionais ora sendo praticados no país”.

Os esforços para delimitar e unificar os estudos na área são perceptíveis, como a iniciativa da criação da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), em 2005, com o intuito de fomentar a produção acadêmico-científica e o aperfeiçoamento do ensino. A ABRI definiu sete “áreas temáticas” neste campo: Economia Política Internacional, História das Relações Internacionais, Instituições e Organizações Internacionais, Integração Regional, Política Externa, Segurança Internacional e Teoria das Relações Internacionais. A elaboração dessas áreas temáticas é congruente com as linhas de pesquisa dos programas de PG em RI, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2: Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa dos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Relações Internacionais

Instituição	Área de Concentração	Linhas de Pesquisa
UnB	História das Relações Internacionais	História das RI Contemporâneas
		História de Política Externa do Brasil
	Política Internacional e Comparada	Estudos de Economia Política Internacional
		Política Exterior
		Segurança Internacional e Democracia
PUC - Rio	Política Internacional	Arquitetura do Sistema Internacional
		Conflito, Violência e Pacificação
		Globalização, Governança e Desenvolvimento
USP	Relações Internacionais	Cultura e Questões Normativas nas RI
		Economia Política Internacional

Fonte: CAPES, 2010; UNB, 2011; PUC-Rio, 2011; USP, 2011.

3. Implementação dos cursos nas universidades

Nos trabalhos pesquisados para a elaboração deste, observa-se a preocupação dos autores em torno das consequências que o problema da “explosão” dos cursos de graduação em RI – um total de 118 em atividade, até o ano de 2011 – podem acarretar para o desenvolvimento da área no Brasil, visto que o aumento quantitativo dos cursos de graduação não significa o aumento proporcional da qualidade de ensino e pesquisa. De



forma bem mais modesta, houve também o aumento dos programas de PG em RI, um total de 10 em atividade.

Norma Breda dos Santos e Fúlvio Eduardo Fonseca (2009) estabeleceram a relação entre os níveis de crescimento do número de cursos da graduação, que num intervalo de cinco anos cresceu 30%, e da pós-graduação, que chegou a quadruplicar em vinte anos. É preciso pensar na formação dos docentes em RI de forma a atender às demandas de todos os níveis de ensino. Nesse sentido os autores apontavam para o fato de que a existência de apenas dois doutorados na área não era suficiente para suprir a formação de docentes aptos a formarem mestres em RI. Sendo assim, existiriam duas opções para a formação do quadro desses professores, a contratação de doutores de outras áreas e de doutores especialistas em RI formados no exterior. Desde a publicação do artigo “A pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil”, surgiram mais dois doutorados, o da USP em 2009, e o Tricampi da UNESP, em 2010. Diante do panorama traçado se faz necessário um “olhar analítico” sobre o modo como os cursos e os programas de PG estão estruturados, principalmente os que são considerados de maior referência no país.

A UnB e a PUC-Rio mantêm hoje os três níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado) voltados especificamente para as RI, “os primeiros programas autônomos de PG em RI do Brasil foram criados na década de 1980: o primeiro na UnB, em 1948, e o segundo na PUC-Rio, em 1987” (SANTOS; FONSECA, 2009), ambos apresentam precedentes institucionais importantes, ambas as instituições são consideradas dois grandes pólos de ensino e pesquisa consolidados na área devido ao ambiente institucional considerado adequado para a “formação de quadros [...] e a congregação de pesquisadores especializados em torno de programas de pesquisa sustentáveis” (LESSA, 2005b).

A UnB quando instituiu em 1976 o programa de PG em História, determinou como uma das áreas de concentração História das Relações Internacionais e já em 1994, criou o primeiro doutorado em História das Relações Internacionais, consolidando-se, desde então, como “o mais dinâmico pólo brasileiro e um dos mais importantes na área de História das RI na América Latina” (LESSA, 2005c). Em 1984, a universidade foi mais uma vez pioneira com a organização do primeiro programa em RI na área básica de política internacional



stricto sensu, estabelecido dentro do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais. No ano 2000, os dois programas, antes situados em diferentes departamentos, foram fundidos em um só com a instauração do Instituto de Relações Internacionais e a divisão das áreas de concentração em História das Relações Internacionais e Política Internacional Comparada (LESSA, 2005c).

No ano de 1979, o Instituto de Relações Internacionais (IRI) foi criado na PUC-Rio para desenvolver pesquisas e debates na área e a partir de 1983, o ensino tornou-se parte das atividades do IRI, quando o mestrado em Ciências Jurídicas adotou RI como uma de suas áreas de concentração (SANTOS; FONSECA, 2009). Sete anos após a criação do IRI, o mestrado em RI foi inaugurado, com a abertura da primeira turma em 1987, proporcionando aos seus alunos bolsas de manutenção concedidas pela CAPES e CNPq, mas as turmas de graduação só passaram a ser oferecidas em 2003. Os cursos de doutorado foram iniciados nas duas universidades quase que no mesmo ano, o da PUC-Rio em 2001, e o da UnB em 2002, mesmo ano em que a USP criou seu primeiro curso de graduação em RI.

A história de implementação do programa de PG da USP é bem recente, o IRI da USP foi criado em 2004 e os cursos de mestrado e doutorado iniciaram suas atividades a partir de 2009. No entanto, o cenário da unidade de ensino se revelou bastante promissor, pois o programa de PG obteve "4" como sua primeira nota na Avaliação Trienal.

4. Estruturação dos principais programas de PG *stricto sensu* em RI no Brasil

É sabido que "a evolução da academia brasileira especializada em Relações Internacionais, nas suas diferentes vertentes metodológicas reflete bastante o modo como se organizaram os principais programas de pós-graduação e de pesquisa nas universidades brasileiras" (LESSA, 2005a). Sendo assim, em 1976 foi criado o mecanismo de Avaliação Trienal aplicado pela CAPES, com o objetivo de apreciar a organização de tais programas e desenvolver a área de PG e de pesquisa.

Na Avaliação Trienal os programas de PG em Ciência Política e Relações Internacionais



pertencem à mesma área de conhecimento, isso significa que ofícios, comunicação, relatórios, apresentações e documentos gerais são emitidos conjuntamente. A aplicação desta ocorre através do preenchimento anual de informações enviadas pelas IES à CAPES, que trata esses dados na produção dos Cadernos de Indicadores utilizados no processo. Os Cadernos são documentos que buscam fornecer dados quantitativos e qualitativos sobre os programas de PG, em virtude disso, são avaliados os projetos de pesquisa desenvolvidos, a proposta do programa e suas linhas de pesquisa, a formação dos docentes e a produção e atuação de docentes e discentes. A intenção é de que a Avaliação venha a cumprir os seguintes objetivos:

Estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;

Fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação, MEC;

Impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;

Contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;

Contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;

Dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;

Oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação (CAPES, 2010).

4.1 Perfis dos Programas de PG

Os programas de PG avaliados pela CAPES em 2009 apresentavam distintos estágios de evolução quando comparados entre si. A UnB foi a IES que obteve as notas mais altas em ambos os cursos de mestrado e doutorado, alcançando o conceito "6", nota concedida apenas aos programas que apresentam desempenho equivalente ao dos centros



internacionais de excelência na área, o que denota a sua maturidade em âmbito nacional e alcance de seus objetivos pelo reconhecimento internacional, de forma a contribuir para a consolidação de sua liderança na área de RI no país. A PUC-Rio, por sua vez, obteve nota "5", visto que a instituição vivenciava um momento de reforma nas suas linhas de pesquisa e investia no esforço para internacionalização, enquanto a USP estava ainda em processo de implementação do seu programa, tornando restrito a seis meses o período avaliado pela Comissão de Avaliação.

Os três programas possuem também diferentes perfis mercadológicos, como pode ser avaliado ao comparamos suas áreas de concentração e linhas de pesquisa com a formação e qualificação do corpo docente.

As linhas de pesquisa do programa de PG da UnB são consideradas pela CAPES como bem definidas e consistentes com os projetos de pesquisa e áreas de especialização do corpo docente. Suas áreas de concentração são: "História das RI", que tem como linhas de pesquisa "História das RI Contemporâneas" e "História de Política Externa do Brasil"; e "Política Internacional e Comparada", cujas linhas de pesquisa são "Estudos de Economia Política Internacional", "Política Exterior", "Segurança Internacional e Democracia" e "Cooperação, Integração, Regime Internacional e Instituições". Quanto à formação acadêmica dos docentes, enquanto "a primeira geração de docentes com formação integral e específica" era formada no Brasil, esse quadro foi completado por diplomatas de carreira e profissionais "com mestrado e doutorado nas áreas de Sociologia, Economia, História, Ciência Política e Direito, formados principalmente em universidades norte-americanas e européias" (LESSA, 2005c). Quase vinte anos depois, esse quadro mudou e metade do corpo docente era constituído por professores com alguma formação específica em RI, em nível de graduação, mestrado, doutorado e/ou pós-doutorado, enquanto os demais apresentavam formação nas diversas áreas conexas tradicionais já citadas.

A PUC-Rio abrigava a área de concentração em "Política Internacional" e cinco linhas de pesquisa, – "Instituições Internacionais", "Processos de Globalização e Integração Regional", "Economia Política Internacional", "Política Externa" e "Segurança Internacional" –



mas, com o objetivo de adensar sua produção e focar nas pesquisas, em 2009 se viu obrigada a reduzir esse número para três: “Arquitetura do Sistema Internacional”, “Conflito, Violência e Pacificação” e “Globalização, Governança e Desenvolvimento”. A Comissão de Avaliação considerou que as linhas de pesquisa existentes no triênio eram, no entanto, bem definidas, atualizadas e consistentes com as áreas de especialização do corpo docente, composto em sua totalidade por doutores com titulação específica em Ciência Política e RI. O pós-doutorado é consistente com a área de concentração do programa, e assim como o doutorado, é geralmente obtido em universidades no exterior.

A área de concentração do programa da USP é “Relações Internacionais” e suas linhas de pesquisa são “Cultura e Questões Normativas nas RI” e “Economia Política Internacional”, consideradas consistentes e bem definidas pela Avaliação, no entanto, não era clara a relação entre as linhas e os 43 projetos de pesquisa apresentados no período. O corpo docente da USP não possui especialistas em RI, é majoritariamente formado por professores das áreas de Ciência Política, Ciências Sociais, Economia, História, Direito e Administração.

Em se tratando de infraestrutura, percebe-se que para a aquisição de equipamentos, os três programas, em conjunto com outras universidades, têm utilizado os recursos do Programa Renato Archer de Apoio à Pesquisa em RI, e a UnB ainda dispõe de equipamentos proporcionados pelos antigos recursos do Programa San Tiago Dantas. Os IRI da UnB e PUC-Rio oferecem boa estrutura física para atender aos cursos de PG, todavia, esse quesito é uma das grandes falhas apontadas em relação à USP. A CAPES classificou como precária a estrutura para abrigar os cursos, que funcionavam no edifício da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). Naquele dado momento já existia a proposta de construção de uma nova sede para o IRI da USP, mas as obras que se iniciaram em fevereiro de 2010 ainda não estão concluídas.

Além do acervo especializado e atualização constante das bibliotecas disponíveis para os envolvidos nos programas de PG, percebemos que os bancos de dados das três universidades contam com ambiente virtual próprio para a publicação de seu acervo de teses e dissertações, e com plataformas nacionais e internacionais acessíveis aos



professores, alunos e pesquisadores, como, para citar alguns exemplos, o portal Periódicos CAPES, E-Livro Proquest Digital Dissertations & Theses, Oxford Scholarship Online, e Jstor Business.

O quantitativo de docentes permanentes, colaboradores e outros participantes vinculados aos programas de PG em RI nas universidades aqui estudadas podem ser observados a seguir, na tabela 3. Tabela 3 – Composição docente dos programas de PG em RI, em 2009.

Sigla da instituição	Docentes permanentes	Docentes colaboradores	Outros Participantes⁸
UnB	15	3	174
PUC-Rio	12	1	21
USP	12	4	56

Fonte: CAPES, 2010.

No geral, a UnB mantém um corpo docente estável e consistente, com poucas alterações no quadro e um número adequado para atender às demandas de ensino e pesquisa, além de boa parte contar com bolsas de produtividade em pesquisa. Em 2009, contava com o total de 18 professores, que ao longo do período da Avaliação Trienal foram responsáveis pela destacada mobilização de 42 estudantes de graduação, 45 de mestrado e 39 doutorandos em torno de 33 projetos de pesquisa. A PUC-Rio não apresentava esta mesma motivação em relação à produção e dentre as sugestões de melhorias determinadas pela CAPES estavam a ampliação e estabilização do corpo docente. Cabe aqui a ressalva que foi feita em relação à USP, dos 16 docentes de seu programa, 7 deles eram egressos da própria IES, além de boa parte deles estar vinculada a outros programas em áreas conexas na USP, sem dedicação exclusiva a RI.

⁸ São contabilizados como "outros participantes" os membros externos que contribuam com determinadas ações desempenhadas no curso, como professores de outras IES que participem de bancas examinadoras e pesquisadores, docentes e discentes que contribuam para os projetos de pesquisa desenvolvidos no período citado.



4.2 Perfil do corpo discente

Em média, no triênio, foram oferecidas para os programas de PG da UnB 20 vagas para o curso de mestrado e 10 para o doutorado, considerando duas das vagas reservadas a estudantes estrangeiros em ambas as turmas oferecidas. O tempo médio de titulação no triênio foi de 29 meses para mestres e 53 meses para doutores, abaixo das médias da área. Em 2009 o programa contava com 37 matrículas de mestrandos e 35 de doutorandos. Um média de 20 vagas foi oferecida aos candidatos ao mestrado da PUC-Rio, sendo 8 o número de vagas destinadas ao doutorado. Por fim, a USP ofereceu a mesma quantidade de 15 vagas para a seleção de mestrado e doutorado.

São oferecidas aos alunos dos programas de PG da UnB e PUC-Rio a possibilidade de realização do Estágio-Docência e monitorias, com a intenção de gerar integração e parceria entre professores e alunos entre os níveis de ensino de graduação e mestrado. Inclusive, uma das recomendações feitas pela CAPES foi que o programa da USP deveria investir na busca por essa inserção mais consistente na graduação. Para garantir uma boa interação entre as atividades de PG e a graduação, a USP elaborou o Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), posto em prática em 2010, nas modalidades Preparação Pedagógica e Ensino (PPE) e Estágio Supervisionado de Docência (ESD), as atividades propostas pelo programa consistem na realização de seminários e conferências promovidos pelo IRI. Como forma de aprimorar a formação, os discentes das três universidades também são incentivados a participarem regularmente de encontros de associações científicas nacionais e internacionais, como a ABRI e a Associação Internacional de Sociologia (ISA).

O principal desafio apontado pela CAPES para o programa de PG da USP foi a fixação dos discentes em um sistema de dedicação integral às atividades do mesmo, visto que sua proposta apresentava uma carga intensa de cursos de formação, seminários, pesquisa e atividades complementares. Daí a necessidade de aperfeiçoar a formação do aluno por meio de um sistema de dedicação exclusiva e integral à PG com o aumento do número de bolsas disponíveis aos alunos.

Em relação à tutoria, vale mencionar a longa relação que a UnB mantém com



Programa de Educação Tutorial (PET)⁹ do MEC, cuja composição é feita por grupos de aprendizagem, que possuem um tutor para orientar a realização de atividades extracurriculares com o objetivo de complementar a formação acadêmica do estudante e integrar o ensino, pesquisa e extensão nos programas das universidades. A Bolsa Tutoria de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio (TEPP) conta com financiamento da própria IES, que arrecada os valores necessários para o custeio do programa por meio de deduções na mensalidade. A bolsa proporciona aos alunos de graduação oportunidades para o envolvimento avançado e intensivo junto aos professores orientadores nas suas respectivas linhas de pesquisa. Em 2009, o programa contou com a participação de 6 alunos da graduação, 2 do doutorado e mais 4 professores tutores.

Em relação ao futuro profissional, os egressos da UnB e PUC-Rio têm grandes chances de atuarem em universidades públicas e privadas em várias regiões do país, em organismos do governo e em organizações públicas e privadas. Em especial, observamos a presença de egressos do programa de PG da UnB na esfera governamental, particularmente no Itamaraty e nas Forças Armadas, enquanto que os egressos da PUC-Rio se engajam em atividades de organizações não governamentais transnacionais, como a Médicos sem Fronteiras, e empresas privadas, como as Organizações Globo.

4.3 Produção Intelectual

Para avaliar as atividades de produção intelectual referentes ao programa de PG, a CAPES leva em consideração a produção de material didático, a produção editorial, o envolvimento de docentes em trabalhos de editoração, a organização de eventos, as assessorias *ad hoc* em agências de fomento e a existência de cursos de curta duração oferecidos pelos IRI.

⁹ Sobre o PET, ver: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12223&Itemid=480>. Acesso em: 24 out. 2011.



A quantidade de material didático produzido por professores e alunos dos cursos de PG da UnB, PUC-Rio e USP em forma de artigos, capítulos de livros e livros pode ser observada na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Produção didática de docentes e discentes no período do triênio de 2007 a 2009

<u>Sigla da Instituição</u>	<u>Produção de Docentes</u>			<u>Produção de Discentes</u>		
	<u>Artigos</u>	<u>Capítulos de livros</u>	<u>Livros</u>	<u>Artigos</u>	<u>Capítulos de livros</u>	<u>Livros</u>
<u>UnB</u>	<u>16</u>	<u>29</u>	<u>5</u>	<u>8</u>	<u>19</u>	<u>-</u>
<u>PUC-Rio</u>	<u>10</u>	<u>24</u>	<u>1</u>	<u>8</u>	<u>4</u>	<u>-</u>
<u>USP</u>	<u>4</u>	<u>9</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Fonte: CAPES, 2010.

Como mostra a tabela, a USP não pôde ser avaliada em relação à produção dos alunos, pois ainda não existiam trabalhos defendidos. Os trabalhos produzidos pelo corpo docente são considerados de boa qualidade na UnB e PUC-Rio, visto que eles são frutos de dissertações e teses que se transformaram em livros, capítulos de livros e artigos. Desde o início das atividades dos programas de PG da UnB até julho de 2011, foram defendidos 274 trabalhos de conclusão de mestrado e 34 de doutorado, dentre os quais, 44 dissertações e 18 teses foram referentes ao período de 2007 a 2009. Na PUC-Rio, os números são baixos se comparados à IES anterior, correspondendo ao total de 111 dissertações e 12 teses, sendo 31 trabalhos de conclusão de mestrado e 6 de doutorado no período do triênio. Na UnB, todos os docentes permanentes estiveram envolvidos em atividades de orientação e pesquisa, enquanto na PUC-Rio 83% do corpo permanente participou da orientação.

O programa de PG da UnB ainda oferece como parte de sua produção técnica um curso de especialização de curta duração há 12 anos, que visa atender à demanda de órgãos públicos por qualificação na área internacional.

Os IRI da PUC-Rio e USP propiciam, por meio de duas interessantes experiências desenvolvidas, o debate e desenvolvimento de idéias na área de RI. O primeiro administra um centro de estudos especializado no estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), enquanto o segundo abriga o Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP (GACInt).



O BRICS Policy Center recebe apoio da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e sua estrutura comporta seis núcleos de pesquisa temáticos organizados de acordo com os principais assuntos contidos nas agendas dos países pertencentes ao BRICS. Dentre as atividades promovidas estão: a realização de pesquisas e análises nos âmbitos político e econômico, acompanhamento e análise da agenda de cooperação dos países, promoção de debates para formulação de contribuições referentes às políticas públicas e intercâmbio de pesquisadores e estudantes oriundos dos países estudados.

O GACInt passou a integrar o IRI da USP em 2005. É composto por especialistas em RI provenientes da academia, do setor privado, de órgãos públicos e da diplomacia, reunindo-se periodicamente para analisar, por diferentes óticas, vários temas da conjuntura internacional, a exemplo das relações de poder e estratégia no contexto internacional, o papel das organizações internacionais e dos blocos regionais; comercialização e tecnologia e questões militares e de defesa.

Quando se trata de produção acadêmica, é perceptível o “universo restrito de divulgação do conhecimento especializado na área” (ALMEIDA, 2006), verifica-se que são mais comuns as publicações em revistas científicas do que em formato de livro e a circulação desses artigos ocorre especialmente por meio dos veículos eletrônicos. Boa parte dos docentes dos programas de PG participa na edição e no comitê consultivo de periódicos nacionais e internacionais na área de RI, e todos os programas das IES estudadas possuem periódicos próprios.

A equipe de internacionalistas da UnB possui constatada qualidade na editoria de importantes periódicos de RI circulados no país: a) Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), o mais antigo e tradicional veículo acadêmico em formato de revista científica, em circulação desde 1958, ganhou respeitabilidade internacional confirmado pelo sistema Qualis¹⁰ de avaliação de revistas científicas na área; b) Revista Cena Internacional, iniciativa conjunta do IRI e a Fundação Alexandre Gusmão, vinculada ao MRE, dedicada ao

¹⁰ Qualis é o conjunto de procedimentos da CAPES que avalia a qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Um dos critérios avaliados é o nível de circulação de periódicos, classificados em três níveis: internacional, nacional e local.



debate científico sobre as RI contemporâneas e os desafios de inserção internacional do Brasil, com publicações de 1999 a 2009 c) Meridiano 47, boletim de análise de conjuntura internacional, veiculado desde 2000 através de uma publicação digital mensal mantida pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) e o IRI da UnB, mantém temas relacionados à política internacional, política externa, economia internacional e instituições e regimes internacionais (ALMEIDA, 2006).

Além dos periódicos citados, a UnB desenvolveu o portal Mundorama para a publicação de dados informativos, uma ferramenta útil de consulta para os interessados em RI. O *site* é o aprimoramento do antigo Relnet, que funcionou de 1999 a 2007, e oferece espaço de cooperação virtual entre os centros de investigação na área e disponibiliza material produzido por diversas unidades de ensino. O Mundorama tem apoio do CNPq e seu quadro docente tem trabalhado ativamente no conselho editorial, atualmente Antônio Carlos Lessa é o editor do portal.

A Revista Contexto Internacional, cuja abordagem é essencialmente acadêmica, é considerada uma das mais importantes revistas científicas em Política Internacional no Brasil. Seu primeiro exemplar foi produzido em 1985 e até hoje se constitui como material indispensável à pesquisa na área (ALMEIDA, 2006). A edição do conteúdo fica a cargo do IRI da PUC-Rio e a publicação ocorre semestralmente em caráter *online*, disponível na base de dados de *sites* brasileiros e latino-americanos.

O Boletim Panorama da Conjuntura Internacional é produzido pelo IRI da USP desde 1999, por intermédio do GACInt, com uma média de quatro edições por ano e a circulação é feita *online*, pelo site do IRI.

4.4 Inserção social dos programas de PG em RI

O impacto da atuação dos programas de PG em RI pode ser percebido segundo a forma como interagem com a comunidade na qual estão inseridos e como essa dimensão responde às ações desenvolvidas pelas IES. A CAPES avalia essa relação a partir das variáveis citadas abaixo:



a) Política de Internacionalização: são analisadas as participações de docentes em instituições estrangeiras, bem como as publicações e eventos realizados em cooperação com universidades e associações internacionais.

Com relação às publicações, o programa de PG da UnB inclui parcerias de publicação e intercâmbio acadêmico com a Universidade de Oxford, a Sciences Po, a Universidade Técnica de Lisboa, e a Universidade de Estrasburgo, além das parcerias estabelecidas com a London School of Economics and Political Sciences e o Institut Français de Relations Internationales. No triênio observado, dois de seus docentes obtiveram destacadas representações em órgãos internacionais da área ambiental e jurídica: Eduardo Viola, membro do Comitê Científico do International Human Dimensions Of Global Environmental Change Program (IHDP) na Alemanha e Antônio Augusto Cançado Trindade, escolhido Juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), na Haia.

Para auxiliar na capacitação e qualificação de docentes, o programa de PG da PUC-Rio manteve durante o triênio o intercâmbio científico com os centros universitários King's College, a Universidade de Coimbra, o Norwegian Institute of International Affairs, a Universidade de Victoria e o Institut d'Études Politiques de Paris, com possibilidade da visita permanente de professores estrangeiros. Também houve investimentos para proporcionar ao seu corpo de professores estágios de pós-doutoramento no exterior em reconhecidas universidades do Canadá, Dinamarca e Inglaterra, bem como a intensificação de dos intercâmbios de discentes, através de bolsas sanduíche, estágios de pesquisa e participação em congressos. Em relação à realização de eventos, dois docentes participaram como organizadores do evento conjunto entre a ABRI e a International Studies Association (Rio-2009). Destacam-se as participações de Paulo Lavigne Esteves como membro do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) e a representação da ABRI na figura da professora Mônica Herz na reunião do World International Studies Committee (WISC).

No que diz respeito à internacionalização, a CAPES reconheceu o esforço feito pelo IRI da USP em proporcionar o intercâmbio através da recepção de alunos estrangeiros com interesse de estagiar ou cursar disciplinas em seu programa. Destaca-se também a



participação de Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida, professora do programa que atuou como liderança em associações internacionais: no Conselho Assessor do Brazil Institute do Woodrow Wilson Center for Scholars em Washington; no Comitê Executivo da International Political Science Association; e em 2009, eleita vice-presidente da Latin American Studies Association (LASA).

b) Política de solidariedade acadêmica: abrange o ensino, a pesquisa e o associativismo, os três pilares fundamentais de cooperação e integração.

No âmbito do ensino, é marcante a cooperação do programa de PG da UnB com o programa de mestrado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e com o curso de doutorado institucional da Universidade Federal de Roraima (UFRR), de forma a contribuir para a formação de mestres e doutores e para a institucionalização de novos programas de pós-graduação em regiões como o Norte e Nordeste do país, além de incentivar seus egressos a ingressarem como professores e pesquisadores em universidades em diversos pontos do país, especialmente as mais carentes. A PUC-Rio buscou, no período do triênio, estreitar relações com os programas de PG em Ciência Política e RI da UnB, USP, PUC-SP, PUC-Minas, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Essa interação ocorreu com a participação de seus docentes em bancas de defesa de projetos, dissertações e teses e a realização de seminários e workshops, e destaca-se também as contribuições prestadas na elaboração da primeira avaliação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) na área de RI. Os professores da PG da USP em RI obtiveram destacada participação nas bancas e comissões julgadoras de concursos públicos para professores de ensino superior em diversas universidades do país

De maneira geral, os projetos de pesquisa foram amplamente amparados nas IES pela própria CAPES, o CNPq, a FINEP, as agências de fomento estaduais e pontuais instituições internacionais. O Programa Renato Archer também contribuiu com a formação de suas redes de pesquisa, em especial, na PUC-Rio, com as redes centradas nos temas "Segurança e Paz" e "Expansão, Renovação e Fragmentação das Agendas e Atores de Política Externa".

Durante o período do triênio, professores das três universidades obtiveram destacada



participação na ABRI. Do ano de 2007 a 2010, Monica Herz (PUC-Rio) e José Flávio Sombra Saraiva (UnB) ocuparam a presidência da associação, sendo Paulo Lavigne Esteves (PUC-Rio) o atual presidente. Na CAPES, Eduardo Viola (UnB) ocupou o cargo de vice-coordenador da área de Ciência Política e Relações Internacionais e Antônio Ramalho da Rocha (UnB) foi coordenador adjunto da área durante a realização da Avaliação Trienal.

c) Prestação de consultorias *ad hoc*;

Parte dos docentes do programa de PG da UnB prestou consultoria a órgãos governamentais, como o Congresso Nacional, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o MRE e o Itamaraty. A atuação de alguns docentes do programa de PG da USP foi voltada para análise de processos de avaliação de projetos das agências de fomento CNPq e FAPESP, participação ativa em projetos e atividades relacionadas à formulação e avaliação de políticas públicas, e a professora Maria Antonieta Tedesco foi consultora na Fundação Getúlio Vargas (FGV-Projetos).

d) Prestação de consultorias regulares;

O Itamaraty, em especial, manteve uma estreita relação com o corpo docente da UnB no triênio estudado, boa parte dos docentes orientaram teses no curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco e participaram de bancas de avaliação dos diplomatas que concluíram suas teses.

e) Visibilidade nos veículos de mídia;

O reconhecimento do trabalho desempenhado pelos IRI da PUC-Rio e UnB garantem a participação de seus profissionais em programas de rádio e televisão e a publicação de entrevistas e análises em jornais e revistas de grande circulação nacional, no caso da UnB o reconhecimento vem sendo frequente na comunidade latino-americana por meio de debates acerca de temas comuns na agenda de política externa dos países.

f) Participações em Organizações Não Governamentais; Ressalta-se a participação de José Eli Savoia da Veiga, integrante do corpo docente do programa de PG da USP que no triênio indicado era membro do Conselho Diretor da WFF-Brasil e membro do Conselho Consultivo dos "Amigos da Terra", ambas voltadas para ações de conservação da natureza.



Considerações Finais

Não há dúvidas de que o desenvolvimento da pós-graduação em Relações Internacionais concebeu contribuições fundamentais para o ensino e pesquisa dessa área no Brasil. No triênio de 2007 a 2009, os programas dos cursos de maior destaque favoreceram, através de processos de cooperação com diversas instituições nacionais e internacionais, a formação de profissionais altamente capacitados para atuar além das salas de aula.

É certo que a área enfrenta dificuldades para alcançar a plena institucionalização no país, critica-se o fato de que no Brasil não são produzidas teorias na área, não existem modelos de análise genuinamente brasileiros e a produção nacional em RI representa pouco impacto no âmbito internacional e, em números, ainda é pouco expressiva, além da descontinuidade das publicações de periódicos especializados.

Essas críticas são também observadas em outras áreas das Ciências Humanas, contudo, quando se trata de RI, esses entraves são creditados ao fato de que o desenvolvimento da disciplina foi impulsionado recentemente, nos anos 1990. Autores como Paulo Roberto de Almeida e Antônio Carlos Lessa se mostram otimistas em relação a esta questão, creem que as bases para a institucionalização da disciplina já foram consolidadas, agora é uma questão de tempo para que as RI no Brasil sejam consideradas de fato como uma ciência autônoma.

Como foi mostrado neste trabalho, a integração e interação entre as unidades de ensino podem produzir elementos importantes para aprimorar os debates e estimular a produção acadêmica, de modo a contribuir para a evolução teórica e conceitual da disciplina.

À medida que as Relações Internacionais obtêm maior reconhecimento perante a sociedade, seja em debates veiculados pelos meios de comunicação de massa ou através do teor de um discurso político, faz-se necessário o investimento contínuo em todos os níveis de ensino na área e espera-se que o crescimento e a qualificação ocorram de forma contínua e equilibrada nas mais diversas regiões do país.



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R. **O estudo das relações internacionais do Brasil: um diálogo entre a diplomacia e a academia**. Brasília: LGE, 2006. p. 13-124.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Disponível em: <www.capes.gov.br/>.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Cursos de Mestrado e Doutorado *stricto sensu* em Relações Internacionais por Ordem de Nota de Avaliação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4355-planilhas-comparativas-da-avaliacao-trienal-2010>>. Acesso em: 23 set. 2011.

HERZ, M. O crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 7-40, 2002.

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.iri.puc-rio.br/>>.

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em: <<http://irel.unb.br/>>.

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.iri.usp.br/>>.

LESSA, A. C. A evolução recente dos estudos e dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Boletim Meridiano 47**, Brasília, v. 7, n. 68, p. 14-16, mar. 2006.

_____. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história e a ciência política e os novos paradigmas de interpretação (dos anos 90 aos nossos dias). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.48, n.2, p. 169-184, 2005a.



_____. O crescimento dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Boletim Meridiano 47**, Brasília, v. 6, n. 56, p. 15-16, mar. 2005b.

_____. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, J. F. S. (Org.). **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. 1. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005c, p. 33-50.

MYIAMOTO, S. O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, p. 83-98, jun.1999.

_____. O ensino das Relações Internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 103-114, jun. 2003.

PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, N. B.; FONSECA, F. E. A pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 353-380, maio-ago. 2009.

TERRA. Leia a íntegra do discurso de Dilma na Assembleia da ONU. 21 set. 2011. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5362195-EI7896,00Leia+a+integra+do+discurso+de+Dilma+na+Assembleia+da+ONU.html>>.

Acesso em: 23 set. 2011.